



2º SIMULADO ESPECIAL

CGE SP

**Auditor Estadual De Controle
Especialidade Auditoria
Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CGE-SP**, cargo de **Auditor Estadual de Controle - Auditoria**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/zSi89qUuT3p7u9ZS9>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/mhnY>

MÓDULO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

1. Assinale a afirmativa em que se trocou adequadamente uma oração adjetiva por um adjetivo de valor equivalente.

- a) O paciente apresentava sintomas que perduraram no tempo. / crônicos
- b) Estava em busca de uma roupa que nunca saísse de moda. / indispensável
- c) O jornal publicou notícias que careciam de fontes confiáveis. / mentirosas
- d) O contrato estabelece uma cláusula que ninguém pode mudar. / inadiável
- e) Minha mãe fazia dietas que eram um ciclo sem fim. / intermitentes

2. Assinale a opção que apresenta um segmento textual sem traços de subjetividade.

- a) Tudo parece um filme que já vimos várias vezes.
- b) O Brasil é, sem dúvida, um país de belezas naturais.
- c) Provavelmente os resultados serão divulgados amanhã.
- d) As medidas se mostraram insuficientes no combate à criminalidade.
- e) Não há atleta que não faça exercício físico diariamente.

3. Leia o fragmento de texto a seguir.

O narcisismo moderno é um espelho invertido. Devemos nos assemelhar ao que aparece no espelho, que na verdade não é nosso reflexo, mas são as expectativas e as condições do amor dos outros. Nós temos a tarefa de tentar espelhar essas expectativas. (Contardo Calligaris, In: Folha de S. Paulo. Adaptado)

Sobre a estruturação ou significação desse fragmento, assinale a afirmativa correta.

- a) A expressão “na verdade” serve para corroborar a ideia anterior.
- b) A comparação figurada utilizada no texto aparece devidamente justificada.
- c) Segundo o texto, o narcisismo moderno fortalece a autonomia do indivíduo frente às opiniões alheias.
- d) As formas verbais “Devemos” e “temos” se justificam pelo fato de referir-se exclusivamente ao leitor e ao enunciador.
- e) Calligaris emprega o termo “espelho” em linguagem lógica para garantir a clareza da expressão.

4. Assinale a frase em que o termo sublinhado se refere a algo expressamente mencionado antes.

- a) O hospital estava superlotado naquela manhã; os pacientes aguardavam atendimento nos corredores.
- b) Instituições de caridade receberam a doação de alimentos perecíveis. As frutas e os laticínios mantinham-se frescos.
- c) A biblioteca pública passou por reformas recentes. Agora o acervo está mais acessível aos leitores.
- d) O debate entre os candidatos estava acalorado. Sob o olhar da plateia, uma chuva de acusações era despejada pelos políticos.
- e) A poluição do rio comprometeu toda a fauna aquática. As espécies de peixes estão migrando para outras áreas.

5. Todas as frases abaixo contêm pleonasmos, ou seja, repetições desnecessárias de palavras, que foram modificadas na reescritura dessas frases.

A frase em que o processo de reescrituração NÃO elimina o pleonasmo original é:

- a) As contas públicas tiveram superávit positivo no primeiro trimestre / As contas públicas tiveram superávit no primeiro trimestre.
- b) O autor quis reescrever de novo o capítulo final da novela / O autor quis escrever de novo o capítulo final da novela.
- c) Pensei em adiar a viagem, mas já agora decidi viajar amanhã / Pensei em adiar a viagem, mas já agora decidi partir amanhã.
- d) Particularmente penso que não há mais solução para o caso / Penso que não há mais solução para o caso.
- e) A disciplina e a criatividade se complementam mutuamente / A disciplina e a criatividade se complementam.

6. Assinale a frase que não exemplifica a função conativa de linguagem.

- a) Cabe a cada um fazer sua parte.
- b) Não se preocupe que amanhã é um novo dia.
- c) Deixe de lado esse desânimo de estudar.
- d) Para mais informações, não hesite em nos procurar.
- e) Examine cada caminho com atenção e propósito.

7. Assinale a frase em que o acento grave da crase está empregado corretamente.

- a) Políticos se dirigiram à Brasília para a cerimônia de posse.
- b) O jogador do time dedicou a vitória à sua mãe.
- c) Os manifestantes foram à pé até a praça da cidade.
- d) O deputado se referiu à Vossa Excelência durante o discurso.
- e) A professora fez uma alusão à obras de Machado de Assis na aula.

8. Assinale a frase integralmente construída com linguagem formal (não popular).

- a) O pugilista vai pegar pesado com o adversário.
- b) Para ti viver sem amor não é viver.
- c) A gente chega amanhã de manhã.
- d) Fazem muitos anos que desejo comprar um carro novo.
- e) Me vejo obrigado a protestar contra tal medida.

9. Das cinco frases apresentadas a seguir, quatro expressam a mesma relação lógica.

Assinale a frase que se distingue das demais por não mostrar esse valor semântico.

- a) O Brasil é para poucos, pois não é para todos.
- b) Dado que o Brasil não é para todos, é para poucos.
- c) Porquanto não seja para todos, o Brasil é para poucos.
- d) Visto como não seja para todos, o Brasil é para poucos.
- e) O Brasil é para poucos, posto que não seja para todos.

10. A frase abaixo que mostra uma forma verbal inaceitável em relação à norma culta da língua portuguesa é:

- a) Se você vier à reunião, poderemos conversar.
- b) Se você reter os documentos, haverá problemas.
- c) Se você intervier no debate, todos ouvirão sua opinião.
- d) Se você mantiver a calma, tudo se resolverá.
- e) Se você vender seu carro, poderá pagar suas dívidas.

11. Considere o segmento abaixo.

“O adjetivo ‘grande’ pode apresentar muitos significados. Por exemplo, se um homem alto e musculoso agredisse uma mulher, ele ainda seria um homem grande, mas certamente não seria um grande homem.”

Assinale a opção que apresenta uma característica da linguagem dessa frase.

- a) a polissemia.
- b) a ambiguidade.
- c) a redundância.
- d) o paralelismo.
- e) a expressividade.

12. Uma frase publicitária dizia:

“Compre no Supermercado Pateta e ganhe uma viagem à Disney”.

O argumento publicitário dessa frase se fundamenta no(na):

- a) sedução;
- b) tentação;
- c) apelo afetivo;
- d) intimidação pela vergonha;
- e) competição.

LÍNGUA INGLESA

Andrea Belo

Nvidia just became the world's first \$5 trillion company. Unprecedented demand for the company's AI chips has propelled the company's market valuation into the stratosphere. The milestone, which Nvidia reached at Wednesday's open, comes just three months after the company crossed the \$4 trillion mark. It took Nvidia about 13 months to go from \$3 trillion to \$4 trillion in valuation.

Nvidia stock has gained about 50% in 2025 and has been near or at the top of the S&P 500's best-performing stocks for years as investment in artificial intelligence continues to fuel the chipmaker's meteoric rise.

Nvidia's stock rose after CEO Jensen Huang presented a vision of Nvidia's future in which the company's chips would be placed in everything from cell phone towers to robotic factories to self-driving cars. Huang, in his first-ever keynote address at the company's GTC AI conference in Washington on Tuesday was effusive in his praise for Trump.

Nvidia's AI chips are essential to powering the data centers that run the technology. The company is central to the AI boom not just because of those chips that are making it tons of money, but also because of the investments it's pouring into other major players.

Another tech giant — Apple — breached the \$4 trillion benchmark. It's a sign that that the iPhone is still enough to excite consumers and Wall Street, even as the company has fallen behind in the AI race.

Meanwhile, Nvidia and AI leader OpenAI recently announced a major new tie-up, which will have the ChatGPT maker purchase billions of dollars' worth of chips in exchange for a \$100 billion investment from Nvidia that will be made over time.

Adapted from: <https://edition.cnn.com/2025/10/29/tech/nvidia-5-trillion-valuation-ai>

13. Based on the text, Nvidia reached the \$5 trillion milestone

- a) after a 50% stock gain in 2025.
- b) three months after crossing \$4 trillion.
- c) 13 months after reaching \$3 trillion.
- d) following investments in OpenAI.
- e) due to Apple's breach of \$4 trillion.

14. In the text, "meteoric rise" refers to Nvidia's

- a) investments in other AI players.
- b) stock performance over years.
- c) keynote address by Jensen Huang.
- d) tie-up with OpenAI.
- e) rapid increase in market valuation.

15. Based on the text, Jensen Huang's keynote address included

- a) details on Apple's AI shortcomings.
- b) a vision of widespread use of Nvidia chips.
- c) announcements of stock gains for 2025.
- d) criticism of data center technologies.
- e) plans for iPhone integration.

16. The text mentions that Nvidia is central to the AI boom because of

- a) its praise for political leaders.
- b) consumer demand for iPhones.
- c) chips and investments in major players.
- d) milestones in market valuation.
- e) keynote addresses at conferences.

17. In the text, the word "effusive" in "effusive in his praise for Trump" means

- a) reserved.
- b) critical.
- c) indifferent.
- d) moderate.
- e) enthusiastic.

18. The text suggests that Nvidia's stock rose after

- a) Jensen Huang's keynote presentation.
- b) Apple's \$4 trillion milestone.
- c) OpenAI's purchase announcement.
- d) the \$5 trillion valuation.
- e) 13 months of growth.

19. Based on the text, analyze the assertions below:

- I. Nvidia's valuation growth accelerated after \$4 trillion.
- II. Apple is ahead in the AI race due to iPhone sales.
- III. Nvidia invests in other AI companies.

a) Only I is correct.

b) Only II is correct.

c) Only III is correct.

d) I and III are correct.

e) All three are correct.

20. The text indicates that Nvidia's AI chips are essential for

- a) manufacturing iPhones.
- b) praising political figures.
- c) powering data centers.
- d) reaching \$3 trillion valuation.
- e) investing in OpenAI.

FUNDAMENTOS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Carvalho

21. A Lei Complementar nº 1.419/2024, do Estado de São Paulo, estabelece as diretrizes e a estrutura do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo. Considerando os princípios e a lógica dessa norma, assinale a alternativa correta:

- a) Centraliza a auditoria em um único órgão, extinguindo UAIGs.
 - b) Estabelece o órgão central do SCI e define competências, preservando a atuação das UAIGs junto às entidades.
 - c) Confere ao SCI competência de revisão judicial de contratos.
 - d) Subordina o TCE ao órgão central do SCI.
 - e) Substitui integralmente o Manual (Res. CGE nº 13/2023).
-

22. De acordo com a Lei Complementar nº 1.419/2024, entre as competências do Sistema de Controle Interno (SCI) do Poder Executivo Estadual, destaca-se:

- a) emitir parecer prévio sobre as contas do Governador.
- b) instaurar processos administrativos disciplinares no Tribunal de Contas.
- c) instaurar e conduzir os procedimentos administrativos disciplinares e de responsabilização, nos termos do decreto regulamentar.
- d) editar as leis orçamentárias anuais.
- e) julgar as contas dos gestores municipais.

23. Assinale a alternativa correta sobre a posição institucional do Sistema de Controle Interno (SCI) do Poder Executivo:

- a) É órgão independente como o TCE.
- b) Integra o Executivo, com autonomia técnica necessária ao exercício da auditoria interna.
- c) Integra o Judiciário.
- d) Integra o Legislativo.
- e) Não pode apoiar o TCE.

24. Segundo a CF/1988, os responsáveis pelo controle interno que, cientes de irregularidades, não derem ciência ao Tribunal de Contas:

- a) respondem solidariamente, na esfera penal.
- b) praticam ato de improbidade administrativa por tipificação automática.
- c) respondem solidariamente pelo ilícito e pelas omissões.
- d) estão sujeitos apenas a advertência.
- e) respondem exclusivamente na esfera cível.

25. A atividade de auditoria interna governamental tem como propósito aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco. No âmbito do Poder Executivo do Estado de São Paulo, a execução dessa atividade é de responsabilidade:

- a) exclusivamente da Controladoria Geral do Estado (CGE), que centraliza e executa diretamente todas as auditorias em órgãos e entidades da administração pública.
 - b) das Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG), que compreendem a CGE, por meio da Coordenadoria de Auditoria Interna Governamental, e as auditorias internas singulares (Audin) vinculadas aos órgãos e entidades da Administração Indireta.
 - c) da Secretaria da Fazenda e Planejamento, mediante a atuação da Subsecretaria de Controle e Avaliação de Gastos.
 - d) do Tribunal de Contas do Estado, que integra o Sistema de Controle Interno e exerce a função de auditoria interna governamental.
 - e) da Corregedoria Geral da Administração, em parceria com a Procuradoria Geral do Estado, por meio de suas unidades de compliance e integridade.
-

26. A respeito das linhas de defesa da gestão no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, assinale a alternativa correta.

- a) A primeira linha de defesa é exercida pela Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG), que tem como função principal a execução dos controles primários e a mitigação direta dos riscos operacionais.
- b) As instâncias da segunda linha de defesa atuam de forma independente da gestão, com autonomia técnica, prestando serviços de avaliação e consultoria à alta administração.
- c) A terceira linha de defesa tem caráter preventivo e operacional, sendo responsável pela implementação direta de políticas e procedimentos internos da organização.
- d) As instâncias da segunda linha de defesa apoiam o desenvolvimento dos controles internos da gestão e exercem atividades de supervisão e monitoramento sobre a primeira linha.
- e) A primeira linha de defesa é composta pelas instâncias responsáveis por assegurar o cumprimento das metas estratégicas do Estado mediante serviços de auditoria governamental.

27. Considerando o papel da terceira linha de defesa no Sistema de Controle Interno, conforme o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental e o Decreto nº 69.183/2024, assinale a alternativa correta.

- a) A terceira linha de defesa tem como principal função supervisionar o cumprimento das políticas internas e aplicar sanções disciplinares aos gestores que não observarem os controles da primeira linha.
- b) A atividade de auditoria interna governamental, exercida na terceira linha, presta serviços de avaliação e consultoria, devendo, ao realizar consultorias, assumir as responsabilidades da administração sobre os processos auditados.
- c) As Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) exercem papel de apoio às duas primeiras

linhas, promovendo avaliação independente sobre governança, riscos e controles, com base em autonomia técnica e objetividade.

- d) A terceira linha de defesa limita-se à verificação formal de cumprimento das normas e não abrange a avaliação da eficiência e eficácia das políticas públicas.
- e) A Controladoria Geral do Estado (CGE), por exercer função de controle externo, atua fora da estrutura das três linhas de defesa da gestão.

28. No modelo das três linhas de defesa da gestão adotado pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, a integração entre as linhas constitui elemento essencial para a efetividade do controle. Acerca dessa integração, assinale a alternativa correta.

- a) Cada linha de defesa deve atuar de forma totalmente independente das demais, a fim de evitar interferência nos resultados e preservar a segregação de funções.
- b) A integração entre as linhas de defesa busca assegurar uma atuação coordenada, com papéis e responsabilidades claramente definidos, evitando lacunas e sobreposições.
- c) A terceira linha de defesa supervisiona e substitui as funções da primeira e da segunda linhas, quando estas forem ineficientes ou inexistentes.
- d) As linhas de defesa devem compartilhar as mesmas responsabilidades e atribuições, a fim de promover a uniformização das atividades de controle e fiscalização.
- e) A atuação das linhas de defesa é sucessiva e hierarquizada, sendo a terceira linha a instância superior que revisa e aprova as decisões das demais.

29. De acordo com o modelo das três linhas de defesa, a coordenação entre as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) e as demais instâncias da gestão é fundamental para o fortalecimento do Sistema de Controle Interno. Sobre essa coordenação, assinale a alternativa correta.

- a) A UAIG deve limitar-se a revisar formalmente os relatórios da segunda linha de defesa, abstendo-se de emitir recomendações ou orientações, a fim de preservar sua objetividade.
- b) A atuação coordenada entre as linhas de defesa implica que a UAIG participe diretamente da execução das atividades da primeira linha, auxiliando no controle operacional dos processos.
- c) A cooperação entre as linhas deve ocorrer de forma que a UAIG apoie a estruturação e o funcionamento das duas primeiras linhas, sem comprometer sua independência e objetividade.
- d) O modelo das três linhas veda a troca de informações entre as instâncias de defesa, sob pena de violação da segregação de funções.
- e) A coordenação entre as linhas exige que a Controladoria Geral do Estado exerça comando hierárquico sobre as unidades de primeira e segunda linha.

30. A atuação da Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) quanto aos controles internos da gestão deve compreender a análise da adequação e eficácia desses controles em relação aos riscos enfrentados pela Unidade Auditada. Nesse contexto, é correto afirmar que a avaliação deve contemplar:

- a) Apenas a confiabilidade e integridade das informações gerenciais produzidas pela administração.
- b) O alcance dos objetivos estratégicos, a confiabilidade das informações e a conformidade com leis e políticas internas.
- c) Somente a conformidade legal e a eficiência operacional dos programas públicos.

d) Apenas a eficácia das operações e a conformidade com normas externas.

e) A adequação da estrutura organizacional e a efetividade das auditorias externas.

31. De acordo com o MOT (2023), os serviços de avaliação podem assumir diferentes naturezas, conforme os objetivos e o escopo definidos. Nesse contexto, considere as seguintes afirmações:

- I. A auditoria financeira ou de demonstrações contábeis busca avaliar a eficiência e a eficácia das operações e programas, a fim de emitir opinião sobre o desempenho da gestão.
- II. A auditoria de conformidade objetiva verifica se atividades financeiras e operacionais estão de acordo com as normas, regulamentos e condições aplicáveis.
- III. A auditoria operacional ou de desempenho visa avaliar o alcance de objetivos e a eficiência das operações, podendo contribuir para a melhoria das decisões e da gestão.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas II está correta.
- c) Apenas III está correta.
- d) Apenas II e III estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

32. No âmbito da auditoria interna governamental, o tipo de serviço de avaliação mais apropriado para verificar se as demonstrações contábeis de um órgão público apresentam fidedignidade e observam os princípios contábeis aplicáveis é o de auditoria:

- a) Operacional ou de desempenho.
- b) De conformidade ou compliance.
- c) Financeira ou de demonstrações contábeis.
- d) Patrimonial e de resultados.
- e) Estratégica e de governança.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

33. Foi aprovada a Emenda Constitucional nº W, que introduziu uma norma de eficácia limitada sobre a proteção de dados pessoais no âmbito da administração pública. Antes da promulgação da Emenda, já existia uma lei infraconstitucional, de eficácia plena, que regulava amplamente o tratamento de dados pessoais, inclusive no setor público. Contudo, a norma infraconstitucional contém disposições que são contrárias ao disposto na Emenda. Diante disso, surgiram dúvidas sobre a continuidade da aplicação da lei infraconstitucional até que a norma constitucional seja regulamentada por legislação específica.

Com base nesse cenário, é correto afirmar que:

- a) A norma infraconstitucional será imediatamente revogada, pois é incompatível com o texto constitucional introduzido pela Emenda W, independentemente de regulamentação.
- b) A norma infraconstitucional continuará a ser aplicada até que a norma constitucional de eficácia limitada seja regulamentada.
- c) A norma infraconstitucional será revogada apenas se a norma constitucional for programática.
- d) A norma constitucional de eficácia limitada, por ser hierarquicamente superior, revoga automaticamente qualquer norma infraconstitucional, mesmo que não haja incompatibilidade.
- e) A norma infraconstitucional, por ser de eficácia plena, não pode ser revogada por uma norma constitucional de eficácia limitada, mesmo que haja incompatibilidade.

34. Em uma audiência pública sobre planejamento orçamentário nacional, um deputado federal afirmou que determinadas regiões do país deveriam receber maior atenção do Poder Público, inclusive com benefícios fiscais, obras de infraestrutura prioritária e repasses adicionais, ainda que isso representasse um tratamento desigual em relação às demais regiões. Segundo o parlamentar, tais medidas estariam em conformidade com os objetivos constitucionais da República.

À luz da Constituição Federal de 1988, a afirmação do parlamentar:

- a) revela desrespeito ao princípio federativo, que exige tratamento igualitário e simétrico entre os entes da Federação.
- b) é incompatível com a ordem constitucional, por afrontar o postulado da isonomia entre os cidadãos de diferentes regiões.
- c) encontra respaldo nos objetivos fundamentais da República, especialmente na promoção da redução das desigualdades regionais.
- d) viola a legalidade, pois não há previsão constitucional para diferenciação de tratamento entre regiões dentro da política orçamentária.
- e) pressupõe emenda constitucional para ser viabilizada, em razão da exigência de uniformidade na aplicação dos recursos públicos.

35. Um Estado da Federação editou uma lei que institui um sistema de cotas para preenchimento de vagas em sua universidade estadual, reservando parte das vagas exclusivamente para candidatos que tenham cursado o ensino médio em escolas localizadas no território do referido ente federativo. A justificativa apresentada para a medida foi a correção de desigualdades socioeconômicas regionais.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- a) A medida é válida, pois o ente federativo possui autonomia para legislar sobre educação e adotar políticas públicas que promovam a redução de desigualdades regionais.
- b) A medida é inconstitucional, pois viola o princípio da igualdade e o disposto no art. 19, III, da Constituição Federal, ao criar discriminação regional infundada.
- c) A medida é válida, desde que as vagas reservadas sejam destinadas exclusivamente a alunos egressos de escolas públicas.
- d) A medida é inconstitucional, pois a reserva de vagas em universidades públicas é de competência exclusiva da União, sendo vedada aos Estados.
- e) A medida é válida, pois atende ao objetivo fundamental da República de erradicar as desigualdades sociais e regionais, conforme previsto no art. 3º, III, da Constituição Federal.

36. O Presidente da República editou quatro medidas provisórias (MPs), cada qual com o seguinte objeto:

- (1ª MP) autorizou que os Estados e o Distrito Federal legislassem sobre desapropriação em seu território;
- (2ª MP) alterou a alíquota de certo imposto de competência da União;
- (3ª MP) abriu créditos extraordinários ao orçamento da União, com o objetivo de atender a despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de comoção interna; e

(4ª MP) alterou as regras do processo disciplinar dos servidores públicos civis da União.

O Partido Político Alfa, insatisfeito com a edição das medidas provisórias, consultou o seu advogado a respeito da compatibilidade formal desses diplomas normativos com a ordem constitucional, considerando o objeto de cada qual. O advogado, abstendo-se de considerações em torno de sua relevância e urgência, respondeu corretamente que, sob a ótica formal,

- a) apenas a 2ª, a 3ª e a 4ª medidas provisórias são constitucionais.
- b) apenas a 1ª e a 4ª medidas provisórias são constitucionais.
- c) apenas a 2ª e a 3ª medidas provisórias são constitucionais.
- d) todas as medidas provisórias são constitucionais.
- e) apenas a 2ª medida provisória é constitucional.

37. Carlos, juiz de direito em exercício no primeiro grau de jurisdição do Estado Gama, e Ana, juíza em atuação no primeiro grau de jurisdição do Estado Delta, desejam realizar uma permuta entre si.

De acordo com as disposições da Constituição da República referentes à magistratura, é correto afirmar que a permuta:

- a) somente pode ocorrer entre magistrados de segundo grau de jurisdição, desde que pertençam ao mesmo ramo da justiça;
- b) não é possível, por se tratar de magistrados vinculados a estados distintos;
- c) é possível entre juízes de mesmo grau de jurisdição, ainda que pertençam a diferentes segmentos da justiça;
- d) apenas é admitida entre magistrados de primeiro grau de jurisdição e de igual entrância, dentro do mesmo segmento de justiça;
- e) somente é possível se forem magistrados de primeiro grau de jurisdição e de igual entrância, ou de segundo grau, dentro do mesmo segmento de justiça.

38. Com o aumento expressivo de atribuições administrativas e processuais, o Ministério Público do Estado Ômega verificou a necessidade de ampliar o número de servidores efetivos que integram seus serviços auxiliares. Após estudos internos, concluiu-se pela necessidade de criação de novos cargos de Analistas do Ministério Público.

Considerando a autonomia assegurada ao Ministério Público pela Constituição da República de 1988, é correto afirmar que cabe ao Ministério Público:

- a) instituir diretamente, por ato do Procurador-Geral de Justiça, os cargos de Analista do MP;
- b) criar, mediante deliberação do Colégio de Procuradores, os novos cargos efetivos necessários ao seu funcionamento;
- c) autorizar a criação dos cargos por decisão do Conselho Superior do Ministério Público;
- d) propor ao Poder Legislativo a criação dos novos cargos efetivos de seu quadro auxiliar;
- e) propor ao Poder Executivo a criação dos novos cargos de seu quadro permanente.

39. O Município Gama, localizado no interior do Estado Delta, editou a Lei Municipal nº 456, que instituiu a cobrança de uma taxa sobre o uso de vias públicas por veículos de transporte de carga. A norma gerou grande controvérsia, pois diversos juristas apontaram que a lei municipal violaria dispositivos específicos da Constituição Federal, considerados como preceitos fundamentais. Diante disso, a Associação Nacional dos Transportadores de Carga (ANTC) – entidade de classe de âmbito nacional, preocupada com os impactos da norma, consultou sua assessoria jurídica sobre a possibilidade de questionar a constitucionalidade da referida lei.

A assessoria respondeu corretamente que:

- a) deve ser ajuizada uma ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, pois a lei municipal viola a Constituição Federal.
 - b) deve ser ajuizada uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) perante o STF.
 - c) Não há controle concentrado de constitucionalidade de normas municipais em face da Constituição Federal.
 - d) o controle de constitucionalidade da norma deve ser realizado exclusivamente por meio do controle difuso, em casos concretos.
 - e) a ANTC não possui legitimidade para questionar a constitucionalidade da norma municipal, seja no STF ou no Tribunal de Justiça estadual.
-

40. Ana, mãe de um jovem diagnosticado com uma doença rara, buscou auxílio judicial para compelir o Sistema Único de Saúde (SUS) a fornecer um medicamento indispensável ao tratamento do seu filho, que não estava incluído nas listas de dispensação do SUS. Ela argumentou não ter condições financeiras para arcar com o custo do fármaco, o qual, segundo prescrição médica detalhada, era imprescindível. O laudo do médico de confiança da família apontava que tratamentos alternativos existentes eram ineficazes no caso específico do filho de Ana.

Ao analisar o pedido, o juiz verificou que o medicamento estava registrado na ANVISA, mas não havia sido incorporado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec).

O magistrado acabou por negar o fornecimento do medicamento.

Com base nesse cenário e no entendimento do STF sobre o fornecimento de medicamentos não incorporados pelo SUS, assinale a alternativa correta:

- a) A decisão foi correta, pois a ausência do medicamento nas listas de dispensação do SUS impede em qualquer situação o seu fornecimento judicial.
- b) É possível obter judicialmente um medicamento não incorporado às listas do SUS desde que cumulativamente demonstrados requisitos como a imprescindibilidade do fármaco, sua comprovação científica e segurança à luz da medicina baseada em evidências, além da incapacidade financeira do autor da ação.
- c) Ao negar o pedido, o juiz incorreu em erro, pois deveria ter deferido o fornecimento do medicamento exclusivamente com base na necessidade do paciente.
- d) o magistrado deveria ter concedido o medicamento em qualquer situação, mesmo que o medicamento não tivesse sido registrado na ANVISA, uma vez que o direito à saúde deve ser sempre privilegiado.

e) A decisão contraria o Supremo Tribunal Federal, pois a falta de inclusão do medicamento nas listas do SUS não impede automaticamente o fornecimento judicial, bastando o registro na ANVISA como único requisito necessário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

41. Um prefeito municipal, visando a agradar sua base eleitoral, determinou o início de uma grande obra de pavimentação, liberando o pagamento para a construtora contratada sem a devida conclusão do projeto básico e sem a necessária licença ambiental. A obra, mal planejada, acabou gerando um custo 50% superior ao previsto e causou assoreamento de um rio próximo. O Ministério Público ajuizou ação de improbidade.

Para que o prefeito seja condenado por ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, nos termos da Lei nº 8.429/1992 (com as alterações da Lei nº 14.230/2021), é necessária a comprovação:

- a) da mera ilegalidade do ato, sendo o prejuízo presumido.
- b) da conduta culposa do prefeito, caracterizada pela negligência.
- c) de dolo específico, ou seja, da vontade livre e consciente de causar o dano ao patrimônio público.
- d) do dano ao erário, ainda que a conduta do prefeito tenha sido meramente culposa.
- e) de que o prefeito obteve enriquecimento ilícito direto com a sua conduta.

42. Um administrado, insatisfeito com a demora na tramitação de seu processo, registrou uma reclamação na ouvidoria de determinado órgão estadual.

De acordo com a Lei nº 13.460/2017, qual é o prazo máximo que a ouvidoria tem para apresentar uma resposta conclusiva à manifestação do usuário?

- a) 10 dias, prorrogável uma única vez por igual período.
- b) 15 dias, improrrogáveis.
- c) 20 dias, prorrogável por mais 10 dias, mediante justificativa.
- d) 30 dias, prorrogável uma única vez por igual período, mediante justificativa expressa.
- e) 45 dias, devido à complexidade da matéria judiciária.

43. A empresa "Construções Firmes Ltda.", contratada por determinado órgão estadual para a reforma de um de seus prédios, abandonou a obra pela metade, causando graves transtornos e prejuízos ao erário. Após o devido processo administrativo, no qual foi assegurado o contraditório e a ampla defesa, a Administração Pública do órgão decidiu aplicar uma sanção à empresa.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a sanção que consiste na proibição de contratar com a Administração Pública por um período máximo de 3 anos é denominada:

- a) advertência.
- b) multa.
- c) impedimento de licitar e contratar.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- e) suspensão temporária de participação em licitação.

44. Carlos trafegava com sua motocicleta por uma movimentada avenida na cidade de São Paulo quando, subitamente, caiu em um grande buraco não sinalizado na via pública, sofrendo graves lesões e danos materiais em seu veículo. A manutenção da via era de responsabilidade do Município. Carlos pretende ser indenizado pelo prejuízo sofrido.

Considerando o cenário e a jurisprudência do STF sobre responsabilidade civil do Estado por omissão, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade do Estado é sempre objetiva, independentemente de se tratar de ação ou omissão.
 - b) A responsabilidade do Estado por omissão é subjetiva, como regra, exigindo que Carlos comprove que o dano decorreu diretamente da negligência do poder público em seu dever de agir.
 - c) Não há responsabilidade do Estado, pois a existência de buracos em vias públicas é um mero aborrecimento, não gerando dano indenizável.
 - d) A responsabilidade é do condutor, Carlos, por não ter tido a devida atenção ao trafegar na via, configurando culpa exclusiva da vítima.
 - e) A responsabilidade do Estado é objetiva, mas exige a comprovação do dolo específico do agente público responsável pela manutenção da via.
-

45. Durante a condução de uma licitação na modalidade pregão para aquisição de computadores para uma entidade estadual, após a fase de apresentação de propostas e lances, o pregoeiro passou diretamente para a análise e julgamento da proposta de menor preço. Um dos licitantes, que teve sua proposta classificada em segundo lugar, insurgiu-se, alegando que o pregoeiro deveria, primeiramente, ter verificado os documentos de habilitação de todos os concorrentes.

De acordo com o rito procedimental comum estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, a conduta do pregoeiro foi:

- a) incorreta, pois a fase de habilitação deve sempre anteceder a de julgamento das propostas.
- b) correta, pois a lei estabelece como regra que a fase de julgamento antecede a de habilitação.
- c) incorreta, pois, embora a lei preveja a inversão de fases, tal procedimento é facultativo e deve estar expressamente justificado no edital.
- d) correta, mas apenas porque se trata de um pregão, única modalidade que permite a inversão de fases.
- e) incorreta, pois a habilitação e o julgamento devem ocorrer de forma simultânea para garantir a isonomia.

46. Durante a pandemia de Covid-19, o órgão Alfa precisou coletar dados de temperatura e questionários de saúde de todos que ingressavam em seus prédios, para evitar a propagação do vírus. A finalidade era estritamente sanitária.

A base legal da LGPD que melhor ampara esse tratamento de dados de saúde para a finalidade descrita é a:

- a) tutela da saúde.
- b) execução de políticas públicas.
- c) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.
- d) prevenção à fraude.
- e) legítimo interesse do controlador.

47. O Presidente da Autarquia Beta proferiu uma decisão em um processo administrativo, indeferindo um pedido de um servidor. Na decisão, constava apenas a frase: "Indefiro o pedido, por falta de amparo legal". O servidor, sentindo-se prejudicado, quer recorrer alegando vício no ato.

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, a decisão do Presidente padece, em tese, de vício de:

- a) competência, pois o Presidente não poderia decidir sobre o pedido.
- b) finalidade, pois a decisão visou a prejudicar o servidor.
- c) forma, pois a justificativa apresentada é insuficiente.
- d) motivo, pois o fundamento da decisão é ilegal.
- e) objeto, pois o conteúdo da decisão é ilícito.

48. Antenor afirmou que a classificação de informação, em qualquer grau de sigilo, deverá ser formalizada em decisão que contenha, no mínimo, os seguintes elementos, EXCETO:

- a) indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final.
- b) identificação da autoridade que a classificou.
- c) assunto sobre o qual versa a informação.
- d) fundamento da classificação.
- e) gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS*Douglas Schneider*

49. O ciclo das políticas públicas descreve as etapas interligadas que orientam a ação do Estado desde o surgimento de um problema até a avaliação de seus resultados. Considerando essa estrutura, assinale a alternativa que apresenta corretamente a fase em que o governo transforma decisões em ações concretas, mobilizando recursos, instituições e atores para atingir os objetivos definidos.

- a) Construção da agenda.
- b) Formulação.
- c) Implementação.
- d) Avaliação.
- e) Processo decisório.

50. No ciclo de políticas públicas, a avaliação *ex ante* tem como objetivo principal antecipar consequências e impactos das propostas antes da implementação. Considerando o guia “Guia Prático de Análise Ex Ante de Políticas Públicas” da Casa Civil da Presidência da República, assinale a alternativa que caracteriza corretamente uma análise *ex ante*:

- a) A análise que precede a implementação e envolve estimativa de custos e benefícios, bem como identificação de objetivos, público-alvo e resultados esperados.
- b) A análise que sucede a implementação e avalia somente os efeitos sociais após o término da política.
- c) A análise que se realiza durante a execução da política para verificar cumprimento de metas físicas e orçamentárias.
- d) A análise voltada exclusivamente ao monitoramento de indicadores de curto prazo, sem estimativa de impacto futuro.
- e) A análise que se dedica apenas à verificação de legalidade dos atos normativos relacionados à política pública.

51. De acordo com o Guia Prático de Análise Ex Post da Casa Civil, a avaliação *ex post* busca julgar o mérito e o valor de uma política após sua execução, podendo subsidiar decisões de manter, redirecionar, ampliar ou descontinuar a intervenção. Entre os elementos metodológicos recomendados, assinale a alternativa correta.

- a) A avaliação *ex post* concentra-se em estimar custos e benefícios antes da implementação, definindo alternativas de desenho.
- b) A avaliação *ex post* deve, quando pertinente, estimar efeitos/impacto por meio de contrafactuais ou estratégias de comparação adequadas, apoiando inferências causais sobre resultados.
- c) A avaliação *ex post* limita-se ao monitoramento de insumos e produtos, sem examinar resultados ou impactos.
- d) A avaliação *ex post* deve ser conduzida exclusivamente pelo órgão executor da política, para garantir aderência ao desenho implementado.
- e) A avaliação *ex post* dispensa a análise da implementação, focando apenas impactos de longo prazo.

52. Os processos participativos de gestão pública ampliam a legitimidade e a transparência das decisões governamentais, ao incluir cidadãos e organizações da sociedade civil na formulação, execução e controle das políticas públicas. Considerando esses mecanismos, assinale a alternativa que expressa corretamente o papel dos conselhos de gestão e do orçamento participativo na administração pública.

- a) Os conselhos de gestão têm natureza consultiva e substituem o papel do Legislativo na deliberação de políticas públicas.
- b) O orçamento participativo é um instrumento de gestão orçamentária que permite a definição direta de toda a alocação de recursos públicos pela população.
- c) Os conselhos de gestão e o orçamento participativo são exemplos de mecanismos de democracia participativa que complementam, mas não substituem, as instâncias representativas.
- d) As parcerias entre governo e sociedade restringem-se a organizações com fins lucrativos devidamente registradas.
- e) Os conselhos de gestão operam de forma independente do Estado, não havendo representação governamental em sua composição.

53. As diferentes formas de intermediação de interesses revelam como o Estado se relaciona com grupos sociais organizados e com a sociedade civil. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a) O clientelismo caracteriza-se pela participação institucionalizada de grupos de interesse na formulação de políticas públicas, mediante regras formais e representatividade equilibrada.
- b) O corporativismo é uma forma de intermediação marcada por relações pessoais e informais, baseadas em troca de favores e lealdades individuais.
- c) O neocorporativismo distingue-se do corporativismo clássico por adotar mecanismos de negociação formal entre Estado e grupos de

interesse, mantendo, porém, a exclusão da sociedade civil do processo decisório.

- d) O clientelismo enfraquece a impessoalidade administrativa, pois as relações políticas se baseiam na troca de benefícios individuais em detrimento do interesse público.
- e) O corporativismo, em sua versão clássica, pressupõe a ausência total de intervenção estatal nas relações entre grupos de interesse.

54. A corrupção representa um obstáculo à boa governança e compromete a efetividade das políticas públicas. Diversos fatores institucionais e organizacionais podem aumentar ou reduzir sua incidência. Considerando o tema, assinale a alternativa correta.

- a) A baixa transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle social estão associadas à redução dos riscos de corrupção, pois diminuem a exposição das ações governamentais.
- b) A excessiva fragmentação institucional e a sobreposição de competências entre órgãos de controle fortalecem a coordenação e a responsabilização administrativa.
- c) A existência de marcos legais claros, controle interno efetivo e participação social ativa contribui para reduzir oportunidades de corrupção e aumentar a qualidade das políticas públicas.
- d) A ausência de integração entre sistemas de informação governamentais favorece a rastreabilidade de recursos e a prevenção de fraudes.
- e) O sigilo generalizado sobre processos decisórios é um mecanismo eficaz de proteção contra práticas corruptas, ao evitar interferências externas.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA CGE-SP E MECANISMOS DE INTEGRIDADE*Giulian Salvador*

55. Durante apuração sobre o uso de verbas públicas em programas sociais, o Governador solicitou que a Controladoria Geral do Estado elaborasse um relatório técnico que verificasse a execução orçamentária dos programas e emitisse recomendações para o aperfeiçoamento dos controles internos. O Controlador Geral designou a Auditoria Geral do Estado para conduzir o trabalho.

À luz do Decreto nº 69.183/2024, é correto afirmar que a atribuição de elaborar tal relatório cabe à Auditoria Geral do Estado, porque envolve:

- a) o fomento à cultura de integridade, transparência e boas práticas de governança, típica da Subsecretaria de Integridade Pública e Privada.
- b) a proposição de medidas de ética pública e promoção de integridade nas entidades estaduais, competência da Subsecretaria de Integridade Pública e Privada.
- c) a auditoria da execução e dos resultados dos programas de governo e a emissão de recomendações para o aperfeiçoamento da governança e dos controles internos.
- d) o apoio aos órgãos estaduais na promoção da transparência e gestão de riscos, função atribuída à Subsecretaria de Integridade Pública e Privada.
- e) o fomento à participação social e à implementação de práticas de governo aberto, previstas como competência da Subsecretaria de Integridade Pública e Privada.

56. A Controladoria Geral do Estado de São Paulo determinou que todos os órgãos da Administração direta e autárquica revisassem seus Planos de Dados Abertos, de modo a ampliar a divulgação das informações públicas em formato aberto, processável por máquina e referenciado na internet. Durante o processo, a Secretaria de Cultura argumentou que poderia reter dados relativos à execução orçamentária de convênios culturais, por envolver contratos com pessoas físicas e dados de remuneração de artistas.

Considerando o Decreto nº 68.769/2024, é correto afirmar que:

- a) A Secretaria tem razão, pois toda base de dados que contenha informação pessoal, ainda que parcialmente, está integralmente protegida por sigilo e não pode ser aberta.
- b) A Secretaria tem razão, porque a publicação de informações sobre remuneração de pessoas físicas fere o princípio da intimidade e deve ser previamente autorizada pela Controladoria Geral do Estado.
- c) A divulgação desses dados só é permitida mediante consentimento expresso dos titulares, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados, sendo vedada sua publicação como dado aberto.
- d) A Controladoria não pode interferir nos critérios de abertura, uma vez que compete exclusivamente à Secretaria de Gestão e Governo Digital definir o conteúdo das bases de dados a publicar.
- e) Os dados podem e devem ser abertos, desde que se respeite o sigilo apenas das informações protegidas por lei, garantindo-se a transparência das partes não alcançadas pela proteção.

**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA CGE-SP E
MECANISMOS DE INTEGRIDADE***Elder Loureiro*

57. André, Procurador Geral do Estado de São Paulo, explicou que o Comitê de Governança Estadual, instituído pelo Decreto 68.159/2023, teria como finalidade assessorar o Governador do Estado de São Paulo, Bernardo, na condução da política de governança da Administração Pública direta e autárquica. Elucidou, ainda, que as reuniões ordinárias seriam realizadas trimestralmente, com quórum de maioria simples para serem iniciadas e de maioria absoluta para as suas deliberações serem aprovadas, e delas poderiam ser convidados a participar, sem direito a voto, representantes de outros órgãos e entidades. Bernardo, então, esclareceu que uma das orientações lhe teria sido transmitida de modo equivocado:

- a) Finalidade do Comitê de Governança Estadual.
- b) Participação de representantes de outros órgãos e entidades nas reuniões ordinárias.
- c) Frequência das reuniões ordinárias.
- d) Quórum para início das reuniões ordinárias.
- e) Quórum para aprovação das deliberações das reuniões ordinárias.

58. Claudio instaurou apuração preliminar contra Danilo por delegação de competência de Eduardo, que era a autoridade competente para instauração do procedimento disciplinar respectivo, sem que ocorresse a publicação do ato de instauração. A apuração preliminar foi conduzida por Fabrício, empregado público em estágio probatório, e durou cerca de 1 (um) ano, com a autorização de Gilberto, autoridade máxima do órgão em que o procedimento estava em curso. Tão logo encerrada a condução, Fabrício emitiu relatório conclusivo e o encaminhou para Eduardo para decisão. Gilberto, então, esclareceu que, consoante o Decreto nº 69.122/2024 do Estado de São Paulo, houve um erro quanto:

- a) a Fabrício ser o responsável pela apuração preliminar;
- b) à duração da apuração preliminar;
- c) a Claudio ter instaurado a apuração preliminar;
- d) à não publicação do ato de instauração da apuração preliminar;
- e) ao encaminhamento do relatório conclusivo a Eduardo para decisão.

59. Helena praticou ato lesivo contra a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e Isabela, a autoridade máxima do órgão, foi omissa. Nesse caso, a competência para a instauração e julgamento do processo administrativo de responsabilização, consoante o Decreto nº 69.588/2025 do Estado de São Paulo, é:

- a) Concorrente da Isabela e da Controladoria Geral do Estado, admitida delegação e vedada subdelegação.
- b) Exclusiva da Isabela, vedada delegação.
- c) Exclusiva da Controladoria Geral do Estado.
- d) Exclusiva da Isabela, admitida delegação e vedada subdelegação.
- e) Concorrente da Isabela e da Controladoria Geral do Estado, vedada delegação.

60. Jessica, ao lecionar sobre os objetivos do Código de Ética, de que trata o Decreto nº 69.328/2025 do Estado de São Paulo, explicou que, além de estabelecer e disseminar princípios éticos, o Código norteava a conduta dos agentes públicos e visava ao fomento da cultura de integridade na Administração Pública estadual (APE), ao incremento da qualidade dos serviços prestados à APE e ao aumento da confiança da população nos órgãos e entidades da APE. Katia observou que um dos objetivos previstos no Código de Ética não teria sido adequadamente explicado por Jessica, sinalizando que seria o objetivo relativo a:

- a) Estabelecer e disseminar princípios.
- b) Nortear a conduta.
- c) Fomentar a cultura de integridade.
- d) Incrementar a qualidade dos serviços prestados.
- e) Aumentar a confiança da população.

MÓDULO II**AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLE INTERNO***Guilherme Sant'Anna*

61. A auditoria interna governamental deve buscar auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos para avaliar e melhorar a eficácia dos processos:

- a) operacionais, de sistemas e de gestão.
- b) de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.
- c) operacionais, de gerenciamento de riscos e de controles internos.
- d) de governança, de sistemas de gestão e de controles internos.
- e) administrativos, contábeis e operacionais.

62. Compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

O trecho acima refere-se a(o):

- a) gerenciamento de riscos no setor público.
- b) controles internos da gestão de recursos públicos.
- c) compliance.
- d) accountability horizontal.
- e) governança no setor público.

63. Em relação ao que prevê o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As instâncias da segunda linha de defesa são destinadas a apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e realizar atividades de supervisão e de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito da primeira linha de defesa, que incluem gerenciamento de riscos, conformidade, verificação de qualidade, controle financeiro, orientação e treinamento.
- b) A atividade de auditoria interna governamental deve ser desempenhada com o propósito de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e a atuação das organizações que as gerenciam.
- c) Os destinatários dos serviços prestados pelas UAIG são a alta administração, os gestores dos órgãos e entidades públicas estaduais e a sociedade.
- d) As UAIG devem apoiar os órgãos e as entidades do Poder Executivo Estadual na estruturação e efetivo funcionamento da primeira e da segunda linha de defesa da gestão, por meio da prestação de serviços de apuração e avaliação dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.
- e) Os serviços de avaliação compreendem a análise objetiva de evidências pelo auditor interno governamental com vistas a fornecer opiniões ou conclusões em relação à execução das metas previstas no plano plurianual; à execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado; à regularidade, à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública; e à regularidade da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

64. Em relação ao que prevê o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Recomenda-se que os auditores internos governamentais se abstenham de auditar

operações específicas com as quais estiveram envolvidos nos últimos 12 meses, quer na condição de gestores, quer em decorrência de vínculos profissionais, comerciais, pessoais, familiares ou de outra natureza, mesmo que tenham executado atividades em nível operacional.

- b) Os auditores internos governamentais não podem prestar serviços de consultoria sobre operações que tenham avaliado anteriormente e nem avaliar operações sobre as quais tenham prestado prévio serviço de consultoria.
- c) O zelo profissional é um termo coletivo que diz respeito à capacidade dos auditores internos governamentais de realizar os trabalhos para os quais foram designados.
- d) A atividade de auditoria interna governamental deve ser realizada livre de interferências na determinação do escopo, na execução dos procedimentos, no julgamento profissional e na comunicação dos resultados.
- e) A proficiência se refere à atitude esperada do auditor interno governamental na condução dos trabalhos e nos resultados obtidos.

65. Assinale a alternativa CORRETA.

Compete à UAIG avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria do processo de gerenciamento de riscos da Unidade Auditada, observando se, nesse processo:

- a) os riscos significativos são identificados e avaliados.
- b) os controles internos da gestão são confiáveis.
- c) as respostas aos riscos são estabelecidas de forma compatível com o grau e o tipo de risco que a UAIG está disposta a assumir.
- d) dados sobre riscos relevantes são monitorados de forma apropriada.
- e) as informações sobre riscos relevantes são coletadas e comunicadas de forma oportuna, permitindo que os auditores internos cumpram com as suas obrigações.

66. O componente dos controles internos que se relaciona com o conjunto de normas, processos e estruturas que fornecem a base para a condução do controle interno da organização é o(a)(s):

- a) Informação e Comunicação.
- b) Ambiente de Controle.
- c) Atividades de Monitoramento.
- d) Avaliação de Riscos.
- e) Atividade de Controle.

67. A Constituição Estadual de 1989 prevê que o trabalho de avaliação seja realizado sobre temas variados, dentre os quais NÃO se inclui:

- a) cumprimento das metas previstas no plano plurianual.
- b) execução dos programas de governo e dos orçamentos estaduais.
- c) legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título.
- d) legalidade, economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública.
- e) regularidade da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

68. Decorrem da identificação, pelos auditores ou pelos gestores, de oportunidades ou de necessidades de melhoria em processos de trabalho que podem ser proporcionadas por meio de atividades de capacitação conduzidas pela UAIG. Devem ter como objetivo o aperfeiçoamento dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e a implementação de controles internos na organização.

O texto acima refere-se ao serviço de:

- a) Facilitação.
- b) Orientação.
- c) Assessoramento.
- d) Treinamento.
- e) Acompanhamento.

69. Segundo o disposto no Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Para alcançar o conhecimento necessário para a etapa de entendimento da unidade auditada, existem duas abordagens comumente usadas: uma abordagem de cima para baixo (*top-down*) e uma abordagem de baixo para cima (*bottom-up*).
- b) A abordagem "de cima para baixo" começa pelo exame das atividades.
- c) A abordagem "de baixo para cima" se inicia no nível da unidade.
- d) O escopo de auditoria consiste no conjunto de objetos sobre os quais a UAIG pode realizar suas atividades, como: unidades de negócios, linhas de produtos ou serviços, processos, programas, sistemas, controles, operações, contas, divisões, funções, procedimentos, políticas.
- e) Durante a avaliação da maturidade da gestão de riscos, se for constatado que, na organização, há inexistência de abordagem formal de gestão de riscos ou o processo de gestão de riscos é incipiente, a UAIG utiliza o cadastro de riscos da Unidade Auditada.

70. Durante a execução dos trabalhos de auditoria interna, foram aplicados procedimentos para verificar a suficiência, a exatidão e a validade dos dados obtidos.

No caso em tela, pode-se dizer que foi/foram aplicado(s):

- a) procedimentos analíticos substantivos.
- b) procedimentos substantivos.
- c) testes de detalhes.
- d) *vouching*.
- e) rastreamento.

71. Durante a execução dos trabalhos, o auditor interno governamental examinou a forma como empregados/servidores da Unidade Auditada realizavam a contagem anual de estoques. Não satisfeito, examinou certos itens em estoque, para fazer sua própria avaliação da condição em que eles se encontravam.

No caso em tela, pode-se dizer que foram aplicadas, respectivamente, as técnicas:

- a) observação e inspeção física.
- b) inspeção e análise documental.
- c) reexecução e inspeção física.
- d) conferência de cálculo e benchmarking.
- e) observação e circularização.

72. População é entendida como um conjunto de todos os elementos sob investigação. Nesse contexto, aquela que será realmente coberta pela pesquisa, que pode conter unidades não previstas, ou ainda não incluir unidades que, apesar de previstas, foram perdidas é denominada:

- a) População-alvo.
- b) População referenciada.
- c) População de pesquisa.
- d) População agrupada.
- e) População estatística.

73. A informação registrada como evidência deve ser capaz de auxiliar a Unidade Auditada a atingir os seus objetivos. Ou seja, deve agregar valor e permitir a melhoria das operações organizacionais. Para tanto, ela deverá concorrer para a construção dos achados e para a formação da opinião emitida pelo auditor.

O texto acima refere-se ao atributo da evidência denominado:

- a) Utilidade.
- b) Relevância.
- c) Confiabilidade.

- d) Suficiência.
- e) Fidedignidade.

74. As comunicações devem ser diretas, evitando-se a elaboração desnecessária, detalhes supérfluos, redundância, excesso de palavras e informações não relacionadas ao trabalho realizado.

O texto acima refere-se a um dos atributos que as comunicações precisam ter. Marque a opção que traz corretamente essa particularidade.

- a) Completas.
- b) Concisas.
- c) Objetivas.
- d) Precisas.
- e) Claras.

75. Consiste em documento auxiliar para a estruturação das constatações, o exercício da supervisão e o planejamento da redação do relatório.

O texto acima refere-se a:

- a) Matriz de Auxílio.
 - b) Matriz de Planejamento.
 - c) Matriz Estrutural.
 - d) Matriz de Achados.
 - e) Matriz de Supervisão.
-

76. Julgue os itens a seguir com base no Roteiro para Elaboração do Plano de Auditoria Baseado em Risco.

- I. O processo de planejamento anual da atividade de auditoria interna se divide em duas etapas: na primeira, são identificados, estudados e priorizados os objetos que compõem o Universo de Auditoria e, na segunda, estabelecem-se quais serão os objetos de auditoria que comporão o PAINT da UAIG (CGE ou Audin) para cada exercício.
- II. Para a classificação dos objetos de auditoria, no caso de não haver maturidade suficiente ou em face da inexistência de gestão de riscos na Unidade ou área em estudo, é necessário que a própria UAIG realize a identificação e a avaliação dos principais riscos do negócio.
- III. Esforços de atualização das informações do Universo de Auditoria devem ser realizados, pelo menos, a cada cinco (5) anos.

Estão corretos:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

77. Sobre o Modelo de Três Linhas, assinale a afirmativa correta.

- a) Os papéis de segunda linha contemplam o gerenciamento de riscos e os serviços de apoio, monitoramento, avaliação e assessoria.
- b) Compete aos órgãos de governança garantir a conformidade com as expectativas legais, regulatórias e éticas.
- c) O órgão de governança é responsável pela supervisão da auditoria interna.
- d) É função da segunda linha estruturar os processos de controles internos.
- e) Compete à terceira linha o desenvolvimento, a implantação e a melhoria contínua das práticas de gerenciamento de riscos.

78. O Modelo das Três Linhas, desenvolvido pelo The IIA (*The Institute of Internal Auditors*) enumera seis princípios que devem ser observados em sua implementação. O princípio que requer estruturas e processos que permitam ações da gestão (incluindo o gerenciamento de riscos) para atingir os objetivos da organização por meio da tomada de decisões baseada em riscos e da aplicação de recursos, é denominado:

- a) Criação e proteção de valor.
- b) Governança.
- c) Gestão e os papéis de primeira e segunda linha.
- d) Accountability.
- e) Sistemas de Auditoria e Avaliação.

79. Nos termos da NBC TA Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, assinale a alternativa que traz a relação CORRETA entre o risco do trabalho e a extensão dos procedimentos aplicados nos trabalhos de asseguração razoável e limitada.

- a) na asseguração razoável, o risco do trabalho é menor, e a extensão dos procedimentos executados é menor.
- b) no trabalho de asseguração limitada, o risco do trabalho é menor e a extensão dos procedimentos executados também é menor.
- c) no trabalho de asseguração limitada, o risco do trabalho é maior, ao passo que a extensão dos procedimentos executados é menor.
- d) o risco do trabalho e a extensão dos procedimentos são iguais.
- e) o risco do trabalho é igual, contudo, na asseguração limitada, a natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados são menos extensos.

80. Nos termos da LC 1.419/24, compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual:

- a) a Controladoria Geral do Estado (CGE), como órgão central, e as auditorias internas da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, como unidades setoriais.
- b) a Controladoria Geral do Estado (CGE), como órgão central, e as auditorias internas da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, como órgãos setoriais.
- c) as Auditorias internas singulares (Audin) dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, apenas.
- d) a Controladoria Geral do Estado (CGE), como órgão central, as Auditorias internas singulares (Audin) dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Indireta, como órgãos auxiliares, e os Assessores e Assessorias Especiais de Controle Interno (AECI).
- e) a Controladoria Geral do Estado (CGE), como órgão central, e as auditorias internas da Administração Pública Estadual Indireta, como unidades setoriais.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS PÚBLICAS

Luciana Marinho

Acerca do assunto Tributação, julgue os itens que se seguem.

81. Durante um seminário sobre reforma tributária, um pesquisador do IPEA afirmou que o sistema tributário brasileiro reforça o desequilíbrio federativo, pois a União detém instrumentos que ampliam seu poder arrecadatório, mesmo diante da autonomia formal de Estados e Municípios.

Em defesa do modelo, um representante do Ministério da Fazenda argumentou que tais prerrogativas são indispensáveis à manutenção da estabilidade macroeconômica e da coordenação fiscal nacional.

Sob a ótica da Constituição Federal, o predomínio arrecadatório da União decorre principalmente do fato de que:

- a) A União detém competência plena para instituir todos os tributos não expressamente atribuídos aos demais entes.
- b) A União possui competências residuais e extraordinárias para criação de tributos, permitindo-lhe ampliar a base fiscal em situações ordinárias e excepcionais.
- c) A União pode instituir contribuições sociais e de melhoria, inclusive de natureza municipal.
- d) O pacto federativo impõe à União o dever de compensar financeiramente os entes subnacionais deficitários.
- e) As competências residuais dos Estados foram suprimidas pela Constituição de 1988.

82. Durante inspeção do Tribunal de Contas, constatou-se que um Estado vinculava parte da arrecadação do ICMS à manutenção de programas culturais e esportivos.

O governo justificou a prática com base no princípio da autonomia orçamentária e no “interesse social” das ações financiadas.

Do ponto de vista constitucional, a destinação específica de receitas de impostos é:

- a) Regular, desde que a vinculação seja aprovada pela Assembleia Legislativa.
- b) Regular, se destinada a despesas de caráter social e educativo.
- c) Vedada, salvo nas hipóteses expressamente previstas na Constituição, como manutenção e desenvolvimento do ensino, saúde e pagamento da dívida pública.
- d) Permitida sempre que houver lei complementar autorizando a vinculação.
- e) Irregular apenas quando envolver recursos de transferências constitucionais.

83. Durante análise de finanças municipais, o Tribunal de Contas verificou que determinado município cobrava simultaneamente taxa de iluminação pública e contribuição de melhoria referente à pavimentação de vias.

O relator destacou que, embora ambos sejam tributos vinculados, possuem fundamentos jurídicos distintos e não se confundem.

Com base na Constituição Federal e na doutrina tributária, assinale a opção correta:

- a) A contribuição de melhoria exige valorização imobiliária decorrente de obra pública específica; a taxa decorre da prestação ou disponibilidade de serviço público específico e divisível.
- b) Ambas possuem caráter compensatório e podem incidir sobre o mesmo fato gerador, desde que previstas na LOA.
- c) A taxa é tributo facultativo, vinculado à utilização voluntária de serviços públicos.
- d) A contribuição de melhoria pode ser instituída mesmo sem obra pública, bastando interesse coletivo.
- e) Ambas têm natureza extrafiscal, voltadas à regulação econômica de atividades privadas.

84. Em relatório da OCDE, o Brasil foi classificado entre os países com maior carga tributária sobre o consumo e menor incidência sobre renda e patrimônio.

Em audiência no Congresso, um deputado argumentou que “o sistema tributário brasileiro viola o princípio da justiça fiscal, pois onera desproporcionalmente os mais pobres”.

À luz dos princípios constitucionais e da teoria tributária, essa crítica é correta porque:

- a) A tributação sobre consumo é neutra, não afetando a capacidade contributiva dos cidadãos.
- b) O sistema é regressivo, já que tributa de forma igual ens e serviços consumidos por diferentes faixas de renda, contrariando o princípio da capacidade contributiva.

c) O sistema é progressivo, pois impõe maior carga sobre bens supérfluos.

d) O sistema é proporcional, assegurando equidade horizontal entre os contribuintes.

e) A regressividade ocorre apenas nos impostos diretos.

Acerca do assunto Princípios Orçamentários, julgue os itens que se seguem.

85. Durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), um parlamentar propôs incluir dispositivo que previa a reorganização estrutural de uma autarquia e a criação de um novo programa social. O Executivo manifestou-se contrariamente, sustentando que tais matérias extrapolavam o conteúdo orçamentário, enquanto o Legislativo defendeu tratar-se de emendas legítimas. O Tribunal de Contas, ao analisar o caso, considerou que a inclusão de dispositivos estranhos ao conteúdo orçamentário violava um princípio basilar que preserva a pureza e a especificidade da lei orçamentária.

Com base nesse contexto, o princípio orçamentário violado foi o da:

- a) Unidade, pois o orçamento deve expressar todas as ações governamentais em um único documento, sem fracionamento temático.
- b) Exclusividade, por vedar a inserção de normas que não se refiram à previsão da receita e à fixação da despesa, salvo as exceções constitucionais.
- c) Clareza, uma vez que a inclusão de matérias estranhas compromete a transparência e inteligibilidade das contas públicas.
- d) Legalidade, visto que somente lei complementar pode disciplinar a forma e o conteúdo do orçamento.
- e) Publicidade, pois a falta de distinção entre temas administrativos e orçamentários impede a adequada divulgação dos gastos.

86. Durante a análise das contas anuais da União, o Tribunal de Contas da União observou que a proposta orçamentária foi encaminhada de forma fragmentada: o orçamento fiscal, o da seguridade social e o de investimentos das empresas estatais dependentes tramitaram de maneira autônoma, sem que houvesse consolidação dos dados ou integração entre as previsões de receita e despesa.

O parecer técnico apontou que, embora cada orçamento possua natureza e destinação específicas, o conjunto deve expressar a unidade de propósitos governamentais, garantindo coerência entre os planos e a execução financeira do Estado.

À luz dos princípios orçamentários, a conduta descrita fere diretamente o princípio da:

- a) Unidade, que assegura que o orçamento, ainda que desdobrado em peças distintas, representa um sistema único, harmônico e integrado de planejamento e controle.
- b) Universalidade, que impõe a inclusão de todas as receitas e despesas públicas, independentemente de sua origem, em cada orçamento setorial.
- c) Clareza, que exige apresentação padronizada e inteligível dos demonstrativos orçamentários.
- d) Legalidade, que subordina a execução financeira à autorização legislativa.
- e) Equilíbrio, que determina a compatibilização entre receitas e despesas no exercício financeiro.

87. Em determinado exercício financeiro, o orçamento da União foi aprovado em três leis distintas: uma referente ao orçamento fiscal, outra ao orçamento da seguridade social e outra ao orçamento de investimentos das estatais dependentes. Posteriormente, o Tribunal de Contas da União destacou que a fragmentação do processo de aprovação contrariava o princípio que exige que todos os orçamentos componham um sistema único, harmônico e consolidado, mesmo que em peças distintas.

Esse princípio é o da:

- a) Unidade, que impõe a elaboração de um orçamento consolidado em termos políticos e econômicos.
- b) Universalidade, que exige que todas as receitas e despesas públicas estejam previstas no orçamento.
- c) Clareza, que determina a inteligibilidade das peças orçamentárias.
- d) Transparência, que assegura a publicidade e o controle social das contas públicas.
- e) Legalidade, que obriga a edição de leis específicas para cada categoria de orçamento.

88. Durante a discussão do projeto de lei orçamentária anual, a Secretaria de Planejamento argumentou que a LOA, por ser instrumento de natureza técnica, poderia ser aprovada por decreto legislativo, dispensando sanção presidencial. O Congresso, contudo, sustentou que o orçamento é ato formal e materialmente legislativo, e que sua execução depende de prévia autorização legal para arrecadar receitas e realizar despesas.

Considerando a natureza jurídica do orçamento público, o princípio violado pela interpretação do órgão técnico é o da:

- a) Universalidade, por exigir que todas as receitas e despesas sejam incluídas na LOA.
- b) Unidade, já que o orçamento deve integrar, em uma única lei, todos os programas e ações governamentais.
- c) Exclusividade, por impedir que a LOA trate de temas estranhos à arrecadação e ao gasto público.
- d) Legalidade, pois o orçamento é um ato jurídico-político que só produz efeitos mediante lei formal aprovada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo chefe do Executivo.
- e) Controle, que vincula a execução do orçamento à fiscalização dos órgãos competentes.

Acerca do assunto Créditos Adicionais, julgue os itens que se seguem.

89. Durante a execução orçamentária de 2025, o Ministério da Cidadania instituiu um programa de fomento à economia solidária denominado “Trabalhar e Prosperar”, cuja ação não constava na Lei Orçamentária Anual (LOA). Para dar suporte financeiro imediato ao programa, o Poder Executivo editou decreto abrindo crédito adicional, fundamentando-se em autorização genérica contida na própria LOA para abertura de créditos suplementares até o limite de 20% do total das dotações iniciais.

O Tribunal de Contas da União, ao analisar o caso, considerou o ato irregular, destacando que houve confusão entre a natureza jurídica do crédito suplementar e do crédito especial.

Com base na Lei nº 4.320/1964 e na Constituição Federal, conclui-se que o procedimento correto seria a abertura de:

- a) Crédito especial, pois a despesa não estava prevista na LOA, ainda que relacionada a políticas existentes, exigindo autorização legislativa específica e indicação dos recursos correspondentes.
- b) Crédito suplementar, uma vez que a autorização genérica contida na LOA supre a exigência de lei específica.
- c) Crédito extraordinário, por tratar de medida emergencial de interesse social.
- d) Crédito suplementar, pois a despesa decorre de programa já constante do PPA.
- e) Transposição orçamentária, autorizada por decreto do Executivo diante de necessidade pública.

90. Em janeiro de 2025, o governo estadual abriu crédito adicional por decreto, destinado à reconstrução de estradas afetadas por enchentes que ocorrem anualmente na região sul do Estado. O decreto fundamentou-se em “situação de calamidade pública reconhecida por decreto legislativo”, e a Secretaria de Infraestrutura classificou o crédito como extraordinário, por entender tratar-se de despesa urgente.

O Tribunal de Contas, entretanto, questionou a legalidade da medida, apontando que o evento, embora grave, não era imprevisível, mas recorrente, com previsão técnica nos relatórios da Defesa Civil.

À luz da Constituição Federal e da Lei nº 4.320/1964, o ato administrativo é:

- a) Regular, pois o crédito extraordinário pode ser aberto em qualquer hipótese de calamidade.
- b) Regular, desde que o decreto tenha sido publicado e comunicado ao Legislativo.
- c) Irregular, pois a previsibilidade do evento descaracteriza a natureza extraordinária da despesa, que deveria ser atendida por crédito especial.
- d) Regular, se o crédito for aberto com recursos da reserva de contingência.
- e) Regular, pois a urgência prevalece sobre a previsibilidade no conceito de despesa extraordinária.

91. Durante auditoria nas contas do Poder Executivo de um Estado, o Tribunal de Contas identificou a abertura de um crédito especial destinado à implantação de um programa de “Educação Digital nas Escolas Públicas”, sem que houvesse demonstração da fonte de recursos no ato normativo de abertura.

Em sua defesa, o Secretário de Fazenda argumentou que a indicação da fonte seria posteriormente complementada, após a anulação de dotações subutilizadas da área administrativa, e que o “interesse público” justificaria a imediata execução das despesas.

Ao apreciar o caso, o Tribunal entendeu que a conduta violou dispositivos expressos da Lei nº 4.320/1964 e princípios que regem a execução orçamentária.

Com base na legislação e na doutrina orçamentária, o ato de abertura do crédito foi considerado:

- a) Regular, pois a autorização legislativa supre a ausência inicial de demonstração de recursos disponíveis.
- b) Regular, desde que a anulação de dotações seja formalizada até o final do exercício financeiro.
- c) Regular, pois a urgência da política educacional justifica a complementação posterior das informações orçamentárias.
- d) Irregular apenas se a fonte de recurso não for comprovada no balanço patrimonial do exercício seguinte.
- e) Irregular, pois a abertura de crédito adicional exige demonstração prévia e comprovada dos recursos disponíveis, sendo vedada a promessa de indicação futura, ainda que motivada pelo interesse público.

92. Durante calamidade, o governo abriu crédito extraordinário via medida provisória para reconstrução de pontes. O TCU verificou que parte dos recursos foi destinada a campanhas publicitárias.

A irregularidade decorre de que:

- a) a execução do crédito exige autorização do Legislativo.
- b) é vedado o uso de MP para crédito extraordinário.
- c) a aplicação em publicidade é sempre ilegal.
- d) o crédito extraordinário deve vincular-se estritamente à despesa emergencial que justificou sua abertura.
- e) a calamidade extingue o controle de destinação.

Acerca do assunto Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem.

93. Durante fiscalização do Tribunal de Contas, constatou-se que o portal da transparência do Estado apresentava falhas graves: ausência de informações sobre contratos em execução, defasagem superior a 60 dias na atualização das despesas, e inexistência de dados relativos à execução financeira em tempo real.

O Secretário de Fazenda defendeu-se afirmando que as informações constavam no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e que tal publicação seria suficiente para atender à exigência da LRF.

Diante dessa situação, e conforme a LRF, o descumprimento da obrigação de transparência fiscal acarreta:

- a) Suspensão das atividades de execução orçamentária do órgão até a atualização dos dados.
- b) Impedimento do recebimento de transferências voluntárias e da contratação de operações de crédito, até a plena regularização das informações.
- c) Responsabilidade pessoal do Secretário de Fazenda, com penalidade administrativa e afastamento.
- d) Redução do limite de despesa com pessoal em 10% no exercício seguinte.
- e) Advertência formal expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional, sem efeito financeiro.

94. Durante inspeção de auditoria, o Tribunal de Contas identificou que o governo de um Estado não mantinha sistema de custos, utilizando apenas dados contábeis agregados para acompanhamento de despesas.

O Secretário de Fazenda alegou que a LRF não estabelece obrigatoriedade expressa, mas apenas recomendações de boas práticas contábeis.

Com base no art. 50, §3º, da LRF, e no princípio da eficiência, o Tribunal de Contas deve considerar a alegação:

- a) Improcedente, pois a manutenção de sistema de custos é exigência legal obrigatória para avaliação da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
- b) Procedente, já que a ausência do sistema de custos não compromete o equilíbrio fiscal.
- c) Parcialmente procedente, se houver sistema de acompanhamento de metas da LDO.
- d) Procedente, pois o dispositivo tem caráter meramente recomendatório.
- e) Improcedente apenas se houver divergência nos relatórios fiscais.

95. Durante a análise da prestação de contas do Chefe do Executivo federal, o Tribunal de Contas identificou que o relatório anual não incluía informações detalhadas sobre os empréstimos concedidos por agências financeiras oficiais de fomento, como o BNDES e o Banco do Nordeste, financiados com recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social.

O Ministério da Economia argumentou que as operações constavam em relatórios contábeis separados das instituições financeiras, o que dispensaria sua inclusão no relatório de contas da União.

À luz da LRF, o procedimento adotado é:

- a) Regular, pois as agências financeiras oficiais de fomento possuem autonomia administrativa e contábil.

- b) Regular, se os relatórios forem disponibilizados no portal do Tesouro Nacional.

- c) Irregular, pois a prestação de contas da União deve conter demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluindo o impacto fiscal de suas operações.

- d) Regular, desde que o BNDES encaminhe relatório próprio ao Congresso Nacional.

- e) Parcialmente regular, se houver nota explicativa em anexo.

96. O Tribunal de Contas estadual, ao analisar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) de um Estado, verificou que o documento não trazia informações relativas aos restos a pagar. O órgão gestor argumentou que esses valores seriam incorporados apenas no balanço geral do exercício, conforme as boas práticas contábeis, e que sua ausência não comprometia a transparência fiscal.

Considerando o disposto no art. 53 da LRF, a omissão de informações sobre os restos a pagar no RREO implica:

- a) Nulidade do relatório, com possibilidade de rejeição das contas, por ausência de informação obrigatória sobre passivos orçamentários.
- b) Irregularidade meramente formal, sanável com a apresentação do relatório anual.
- c) Penalidade exclusiva ao contador responsável, por erro técnico-contábil.
- d) Infração administrativa apenas se houver dolo comprovado.
- e) Advertência pública sem efeitos sobre o ente federativo.

Acerca do assunto Federalismo Fiscal, julgue os itens que se seguem.

97. A Constituição Federal estabelece que cabe à União editar normas gerais de direito tributário, fixando limites, princípios e critérios de arrecadação a serem observados por todos os entes federativos.

Durante uma reunião no Senado, governadores argumentaram que tal prerrogativa reduz sua autonomia e fere o pacto federativo.

Sob a ótica do federalismo fiscal, a competência normativa da União representa:

- a) Centralização excessiva que elimina a autonomia tributária dos entes subnacionais.
- b) Expressão do federalismo cooperativo, em que a coordenação normativa central assegura harmonia entre os sistemas tributários e evita conflitos de competência.
- c) Elemento do federalismo dual, que separa rigidamente competências e receitas.
- d) Instrumento de subordinação hierárquica entre União e Estados.
- e) Prática incompatível com a descentralização orçamentária.

98. Em decisão recente, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de lei estadual que concedia isenção de ICMS sem aprovação unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

A Procuradoria do Estado defendeu que a medida era necessária para enfrentar o desemprego e estimular o desenvolvimento regional, sustentando que a autonomia tributária dos Estados lhes confere liberdade para adotar políticas fiscais próprias.

Do ponto de vista do federalismo fiscal, o conflito evidenciado no caso traduz:

- a) A necessidade de uniformização das alíquotas para reduzir desigualdades de arrecadação.

- b) A prevalência da autonomia estadual sobre a cooperação federativa.

- c) A autonomia absoluta dos Estados no exercício de sua competência tributária.

- d) A tensão entre a autonomia tributária dos entes e a necessidade de coordenação fiscal, que visa evitar externalidades negativas e preservar o equilíbrio federativo.

- e) A função redistributiva do CONFAZ como órgão de partilha de receitas.

99. Durante audiência pública sobre a reforma tributária, economistas destacaram que o modelo brasileiro de federalismo fiscal combina repartição de competências tributárias, transferência de receitas e equalização regional, configurando um sistema em que os entes federativos interagem mutuamente, embora possuam capacidades fiscais desiguais.

Um parlamentar argumentou que esse modelo seria “imperfeito”, pois nem todos os entes possuem o mesmo poder de arrecadação e autonomia de gasto.

Do ponto de vista conceitual, a afirmação do parlamentar está:

- a) Incorreta, pois a assimetria fiscal é característica intrínseca do federalismo cooperativo, que busca corrigir desigualdades por meio de transferências constitucionais e redistribuição de receitas.

- b) Correta, porque a Constituição estabelece igualdade de competências e receitas para todos os entes federativos.

- c) Parcialmente correta, pois a União deve centralizar arrecadação e transferir integralmente recursos aos demais entes.

- d) Incorreta, pois o modelo brasileiro é de federalismo dual, com separação rígida de competências.

- e) Correta, pois a descentralização plena é incompatível com a solidariedade fiscal.

100. Em relatório técnico, o Tesouro Nacional analisou a diferença de capacidade fiscal entre União, Estados e Municípios, destacando que a União concentra cerca de 60% das receitas tributárias, enquanto municípios, com menor capacidade de arrecadação, dependem de transferências constitucionais para custear políticas básicas.

O estudo concluiu que tal arranjo representa um mecanismo de correção vertical no pacto federativo.

À luz da teoria do federalismo fiscal, o princípio envolvido é o da:

- a) Equidade horizontal, que busca tratamento igual entre entes de mesmo nível.
- b) Descentralização tributária, que permite autonomia absoluta a todos os entes.
- c) Cooperação federativa, que restringe a autonomia dos estados em nome da solidariedade.
- d) Equidade vertical, que reconhece as diferenças de capacidade entre os níveis de governo e estabelece mecanismos redistributivos compensatórios.
- e) Subsidiariedade, que centraliza a execução em níveis superiores.

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Stefan Fantini

101. No estudo do ciclo das políticas públicas, autores como Howlett e Ramesh descrevem um conjunto de etapas que estruturam a ação governamental desde a identificação de problemas até a avaliação dos resultados obtidos. Assinale a alternativa que não integra essas fases.

- a) Tomada de decisão.
- b) Avaliação.
- c) Prestação de contas.
- d) Formulação da política.
- e) Implementação.

102. Um órgão governamental estuda a continuidade de um programa voltado à capacitação profissional. Para isso, decide transformar em valores monetários todos os gastos envolvidos (material, equipe, logística) e também todos os retornos gerados pelo programa (como ganhos financeiros futuros dos participantes e efeitos tributários associados). Esse procedimento caracteriza qual modalidade de análise?

- a) Análise Efetividade-Custo.
- b) Análise Custo-Benefício.
- c) Análise Benefício-Efetividade.
- d) Análise Custo-Efetividade.
- e) Análise de Resultados Públicos.

103. Um projeto estadual prevê a entrega gratuita de materiais de apoio visual para alunos da rede pública, utilizando recursos do orçamento geral do governo. Como apenas esse grupo recebe o benefício, enquanto toda a sociedade arca com o custo, essa política pública pode ser classificada como:

- a) Distributiva.
- b) Regulatória.
- c) Efetividade-Custo.
- d) Redistributiva.
- e) Estruturante.

104. No estudo dos tipos de problemas que entram na agenda governamental, é comum classificá-los conforme seu comportamento ao longo do tempo. Considerando essa classificação, assinale a alternativa correta:

- a) A oscilação anual da demanda por atendimento em unidades de pronto-socorro durante surtos sazonais caracteriza um problema incremental.
- b) A revelação repentina de falhas graves em obras públicas, que gera reação imediata da sociedade e da imprensa, configura um problema incremental.
- c) A queda contínua dos índices de mortalidade infantil após sucessivas políticas de saúde preventiva representa um problema em declínio.
- d) A manutenção, por anos, de níveis semelhantes de evasão escolar sem grandes variações indica um problema súbito.
- e) O crescimento gradual da procura por serviços de atenção primária, decorrente do envelhecimento da população, exemplifica um problema cíclico.

105. Nos últimos anos, ampliou-se no setor público a defesa de que decisões governamentais devem se apoiar em informações confiáveis, estudos consistentes, monitoramento contínuo e avaliações criteriosas, reduzindo a dependência de impressões subjetivas ou escolhas intuitivas dos gestores. Esse modo de produzir políticas é conhecido como:

- a) Políticas públicas tradicionais.
- b) Políticas públicas distributivas.
- c) Políticas públicas reativas.
- d) Políticas públicas baseadas em evidências.
- e) Políticas públicas participativas.

106. Antes que uma política pública saia do papel, é comum que técnicos realizem um exame prévio para verificar se o desenho proposto faz sentido, se é viável e se há riscos que possam comprometer a implementação. Esse tipo de análise prévia recebe o nome de:

- a) Avaliação Posterior.
- b) Avaliação Somativa.
- c) Avaliação Ex Post.
- d) Avaliação In Itinere.
- e) Avaliação Ex Ante.

107. Após uma sequência de audiências públicas e análises técnicas, a administração municipal decidiu oficialmente executar um projeto de requalificação do sistema de ônibus, destinando verbas e definindo etapas de implementação. A partir desse momento, o tema passou a compor a:

- a) Agenda política.
- b) Agenda formal.
- c) Agenda estratégica.
- d) Agenda midiática.
- e) Agenda comunitária.

108. Quando da avaliação das políticas públicas, alguns critérios podem ser utilizados para analisar o desempenho das ações governamentais. O nível de utilização de recursos (inputs) se refere à:

- a) eficácia.
- b) efetividade.
- c) economicidade.
- d) equidade.
- e) produtividade.

109. Indique qual das alternativas a seguir não traz uma das características dos *wicked problems*

- a) Estão intrinsecamente ligados a outros problemas.
- b) Não admitem uma formulação definitiva.
- c) Existência de uma solução correta.
- d) Impossibilidade de testar soluções previamente.
- e) Não contam com soluções finais ou permanentes.

110. Durante a execução de um programa habitacional, a equipe responsável passou a avaliar o andamento das atividades, verificando gargalos, revisando procedimentos e ajustando rotas para melhorar a qualidade da entrega. Esse tipo de avaliação, feita durante a implementação da política, recebe o nome de:

- a) Avaliação Ex Post.
- b) Avaliação Somativa.
- c) Avaliação Ex Ante.
- d) Avaliação In Itinere.
- e) Avaliação Posterior.

111. Suponha que a CGE-SP tenha analisado, em 2023, 1.000 processos, com um dispêndio total de 1.000.000 reais e, em 2024, tenha analisado 1.200 processos, com um dispêndio total de 1.200.000 reais.

Pode-se dizer que, de 2023 para 2024, a CGE-SP foi:

- a) mais eficiente.
- b) menos eficiente.
- c) menos eficaz.
- d) mais eficaz.
- e) igualmente eficaz.

112. Em uma indústria de eletrônicos, o coordenador da linha de montagem percebeu que determinados componentes estavam apresentando variações durante o processo produtivo. Para evitar desvios maiores e corrigir problemas enquanto as atividades acontecem, ele decidiu adotar um mecanismo de controle simultâneo. Entre as opções abaixo, qual representa esse tipo de controle?

- a) inspeção de matérias-primas.
- b) programa de manutenção preventiva.
- c) inspeção de insumos e equipamentos.
- d) supervisão direta das atividades.
- e) controle de qualidade das peças produzidas.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

113. A NBC TSP Estrutura Conceitual, ao discorrer sobre a informação contábil de propósito geral, aponta que a utilidade da informação é aprimorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível. Contudo, a aplicação dessas características está sujeita a uma restrição generalizada que pode limitar a informação fornecida. Assinale a alternativa que apresenta corretamente essa restrição.

- a) Competência
- b) Essência sobre a forma
- c) Custo
- d) Prudência
- e) Neutralidade

114. A NBC TSP Estrutura Conceitual estabelece as bases de mensuração que podem ser utilizadas para ativos e passivos no setor público. Uma dessas bases é descrita como o custo que a entidade incorreria para adquirir o ativo na data do relatório. Essa definição corresponde à seguinte base de mensuração:

- a) Custo histórico.
- b) Preço líquido de venda.
- c) Valor em uso.
- d) Custo de reposição.
- e) Custo de oportunidade.

115. A Lei n. 4.320/1964 estabelece a estrutura do Balanço Patrimonial no setor público, dividindo o passivo em Financeiro e Permanente. De acordo com essa estrutura legal, o Passivo Financeiro compreende:

- a) O total da Dívida Fundada da entidade.
- b) As obrigações cuja amortização ou resgate dependam de autorização orçamentária.
- c) O conjunto das obrigações de curto e longo prazo da entidade.
- d) As obrigações correspondentes às dívidas que independem de autorização orçamentária.
- e) Apenas os Restos a Pagar processados e os depósitos de terceiros.

116. No final do mês de março, o Departamento de Pessoal do Município Audazes dos Pampas apurou a folha de pagamento dos servidores, totalizando R\$ 500.000,00. O empenho para essa despesa já havia sido realizado no início do ano pelo valor total estimado. O pagamento efetivo da folha ocorrerá no quinto dia útil de abril. Considerando os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários (PCASP/MCASP), assinale a opção que indica corretamente qual o lançamento correto a ser feito no momento da apuração da folha de pagamento (final de março):

- a) Débito em VPD - Pessoal e Encargos e Crédito em Passivo - Pessoal a Pagar; e registro do estágio da Liquidação da despesa orçamentária.
- b) Débito em VPD - Pessoal e Encargos e Crédito em Caixa; e registro do estágio do Pagamento da despesa orçamentária.
- c) Apenas o registro do estágio da Liquidação da despesa orçamentária, pois o registro patrimonial ocorre somente no pagamento.
- d) Débito no Ativo - Adiantamentos a Pessoal e Crédito no Passivo - Pessoal a Pagar, sem reflexo orçamentário.
- e) Débito em Controle da Execução do Planejamento e Crédito em Controle da Execução da Despesa.

117. A NBC TSP 34 – Custos no Setor Público estabelece que o Sistema de Informação de Custos (SIC) deve gerar informações para apoiar diversos processos na gestão pública. Assinale a alternativa que **NÃO** representa um dos objetivos primários da informação de custos no setor público, conforme a norma:

- a) Apoiar o processo de tomada de decisão, o planejamento e o controle gerencial.
 - b) Subsidiar a mensuração e a evidenciação do desempenho e da economicidade das ações governamentais.
 - c) Determinar a base de cálculo para a apuração de tributos sobre o patrimônio e a renda devidos pela própria entidade do setor público.
 - d) Facilitar a avaliação de programas, projetos, atividades e operações, inclusive por meio da relação custo-benefício e custo-eficácia.
 - e) Viabilizar a evidenciação e a transparência dos custos dos serviços e bens públicos fornecidos à sociedade.
-

118. O Município Audazes dos Pampas, necessitando de recursos para um grande projeto de saneamento, contratou uma operação de crédito junto a um banco de desenvolvimento no valor de R\$ 10 milhões, com prazo de pagamento de 8 anos. Adicionalmente, no mesmo período, emitiu R\$ 2 milhões em títulos para rolar (refinanciar) dívidas mobiliárias que estavam vencendo. Por fim, possuía um saldo de R\$ 500 mil em precatórios judiciais a pagar, cujo prazo constitucional de pagamento ainda não havia vencido. Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a opção que indica corretamente quais desses montantes seriam incluídos no cômputo da Dívida Consolidada (ou Fundada) do município:

- a) Apenas a operação de crédito de R\$ 10 milhões.
- b) A operação de crédito de R\$ 10 milhões e os R\$ 2 milhões em títulos emitidos.
- c) A operação de crédito de R\$ 10 milhões, os R\$ 2 milhões em títulos e os R\$ 500 mil em precatórios.
- d) Apenas os R\$ 2 milhões em títulos, pois a operação de crédito ainda não foi totalmente desembolsada.
- e) Nenhum dos montantes, pois só se tornam Dívida Consolidada após o término do exercício financeiro.

119. O Município Audazes dos Pampas foi acionado judicialmente por uma empresa que alega prejuízos de R\$ 2.000.000,00 devido ao cancelamento de um contrato. Após análise, o departamento jurídico do município classificou a probabilidade de perda na ação como provável e confirmou que o valor pleiteado pode ser estimado com fidedignidade. De acordo com a NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a opção que indica corretamente o procedimento contábil correto a ser adotado pelo município:

- a) Não realizar nenhum registro contábil, apenas divulgar a existência do processo em Notas Explicativas.

- b) Reconhecer uma Provisão no passivo no valor de R\$ 2.000.000,00, com contrapartida em uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD).
- c) Aguardar a decisão judicial final (trânsito em julgado) para então registrar a despesa e o passivo correspondente.
- d) Registrar um Passivo Contingente na classe 8 do PCASP (Controles Credores), sem afetar o resultado patrimonial.
- e) Reconhecer o passivo diretamente contra o Patrimônio Líquido, por se tratar de um evento não recorrente.

120. A equipe de tecnologia do Município Audazes dos Pampas desenvolveu internamente um novo software de gestão tributária. Durante o projeto, foram gastos R\$ 250.000,00 na fase de pesquisa (estudo de viabilidade, avaliação de alternativas) e R\$ 600.000,00 na fase de desenvolvimento (programação, codificação e testes). A administração demonstrou que todos os seis critérios para capitalização da fase de desenvolvimento foram atendidos (viabilidade técnica, intenção de usar, capacidade de usar/vender, geração de benefícios futuros, disponibilidade de recursos e capacidade de mensurar custos). Conforme o MCASP e a NBC TSP 08 - Ativos Intangíveis, assinale a opção que indica corretamente o valor que deve ser reconhecido como ativo intangível no balanço do município:

- a) R\$ 850.000,00
- b) R\$ 250.000,00
- c) R\$ 600.000,00
- d) R\$ 0, pois ativos intangíveis gerados internamente não podem ser reconhecidos.
- e) R\$ 350.000,00, correspondente a 50% do custo total como incentivo.

Discursiva 1

Em uma democracia madura, o controle externo dos Tribunais de Contas transforma números em proteção de direitos. Ao auditar gastos, avaliar políticas e exigir transparência, TCU e seus pares asseguram que cada real cumpra seu destino: servir ao cidadão. Fiscalizar é cuidar do futuro comum, evitar desperdícios, corrigir rumos e fortalecer a confiança nas instituições.

Considerando o contexto acima, elabore um texto sobre o controle externo realizado pelos Tribunais de Contas, previsto a Constituição Federal de 1988. No seu texto:

1. Apresente as competências do Tribunal de Contas da União (TCU), previstas no art. 71 da Constituição Federal;
2. Indique o princípio constitucional que permite que se estenda as competências do TCU aos demais Tribunais de contas;
3. Analise as finalidades e os objetivos da fiscalização financeira e orçamentária da União e das entidades da administração direta e indireta.

Resposta em até 60 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Discursiva 2

Uma prolongada estiagem, somada à irregularidade das chuvas, levou uma ampla região — formada por numerosos municípios populosos distribuídos em três diferentes unidades da Federação — a enfrentar severas dificuldades no abastecimento de água potável. Apesar de esforços coordenados dos entes federados para mitigar a crise, a solução definitiva e imediata exige a construção de uma adutora que capte água de uma represa pertencente à União e a distribua por toda a região. Sobre essa alternativa, foram registrados os seguintes pontos:

- a) Os entes federados afetados não dispõem de recursos suficientes para executar a obra e solicitam que a União a realize, a fim de evitar um colapso praticamente iminente no fornecimento de água potável;
- b) Estudos estimam prazo de dois anos para a conclusão do empreendimento, com investimentos da ordem de R\$ 200 milhões;
- c) Em face da incapacidade financeira dos entes subnacionais, o Governo Federal decidiu executar diretamente a obra;
- d) Quanto ao planejamento de longo prazo, nem o PPA da União nem os PPAs dos entes federados contêm autorização específica para a realização do projeto;
- e) Há disponibilidade de recursos no orçamento federal para suportar os investimentos no exercício corrente, porém o remanejamento necessário não está previamente autorizado na LOA;
- f) Adiar o início dos trabalhos alongará ainda mais o cronograma e, segundo parecer técnico, desencadeará uma crise sem precedentes no abastecimento regional.

Com base nesse contexto, elabore uma questão discursiva, sobre a execução da obra pelo Governo Federal, tratando, necessariamente, dos seguintes tópicos:

- Planejamento do setor público;
- Questões orçamentárias envolvidas;
- Possibilidade de controle, pelo Poder Judiciário, dos pressupostos que motivam a abertura de créditos extraordinários;
- Providências administrativas a adotar para viabilizar o início do empreendimento.

Resposta em até 60 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
